



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences

ISSN: 1679-7361

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Almeida Felisbino, Riberti

Políticos do Brasil: partidos e patrimônio na Câmara dos Deputados (1995-2002)

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 32, núm. 1, 2010, pp. 21-30

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325337003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Políticos do Brasil: partidos e patrimônio na Câmara dos Deputados (1995-2002)

Riberti Almeida Felisbino

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rod. Araraquara-Jaú, Km 1, Cx. Postal 174, 14800-901, Bairro dos Machados, Araraquara, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: ribertialmeida@yahoo.com.br

RESUMO. Este artigo analisa o patrimônio dos membros pertencentes à elite parlamentar da Câmara dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Os parlamentares desse grupo desempenham importantes atividades, conduzem às negociações e às decisões no interior da Câmara dos Deputados e ocupam os principais postos-chave da casa Legislativa. Os principais resultados obtidos foram: a) muitos dos parlamentares têm um patrimônio abaixo de R\$ 200 mil, b) os que possuem um patrimônio entre R\$ 500 mil a 2 milhões pertencem aos principais partidos da base de sustentação do Presidente da República e c) para alguns partidos ocorreu crescimento patrimonial. O recorte temporal de análise foi o período entre os anos de 1995 a 2002 e a técnica de coleta de dados foi baseada no método biográfico.

Palavras-chave: Câmara dos Deputados, partido político, deputado federal, elite parlamentar e patrimônio.

ABSTRACT. Brazilian politicians: parties and financial resources of the Chamber of Deputies (1995-2002). This paper analyzes, for the 1995-2002 period, the personal financial resources of the members of the parliamentary elite of the Chamber of Deputies during the Fernando Henrique Cardoso terms. The members of this select group occupy the main key positions, carry out important activities and have influence on the main decisions of the Chamber of Deputies. The results were: a) most of them have financial resources lower than R\$ 200,000; b) the main parties of the coalition, which give support to the Executive power, have financial resources between R\$ 500,000 and 2 million; and c) there was a growth in financial resources for some political parties. The methodological procedure used involved the analysis of biographical data.

Key words: Chamber of Deputies, political party, federal representative, parliamentary elite and financial resources.

Introdução

Os estudos sobre o patrimônio dos parlamentares, sobretudo dos deputados federais, no Brasil, ainda são incipientes, mas alguns pesquisadores que se dedicam ao tema revelam informações importantes. Atualmente, Felisbino (2007; 2008; 2009), Rodrigues (2006) e Rodrigues (2002a; 2002b) são alguns dos estudiosos que se dedicam a analisar o patrimônio dos parlamentares em diferentes ângulos. É importante dizer que a análise desses autores é sobre a declaração de bens e não da de renda, ou seja, não diz respeito aos ganhos dos deputados, mas sim ao seu patrimônio. Com vistas a dar contribuição para a análise do patrimônio dos parlamentares brasileiros, o presente texto tem por objetivos apresentar e analisar, ao longo das 50^a e 51^a Legislaturas (1995-2002), as declarações de bens dos deputados-membros pertencentes à elite parlamentar da Câmara dos Deputados.

Os parlamentares dessa elite desempenham importantes atividades, conduzem às negociações e às decisões no interior da Câmara dos Deputados e ocupam os principais postos-chave da casa Legislativa (GÓES, 1999; ARAGÃO, 2002; FELISBINO, 2007; 2008; 2009; MESSENBURG, 2002; 2008). Nas palavras de Messenberg (2002, p. 16), os membros dessa elite são aqueles parlamentares que “[...] dispondo de determinados recursos de poder, exercem influência terminante nas principais decisões do Congresso Nacional e do Estado, interferindo de maneira decisiva nos rumos da sociedade”. Noutras palavras, os membros dessa elite desempenham importantes tarefas na condução do processo legislativo. É importante deixar claro que a elite parlamentar não é composta por todos os membros do poder Legislativo. Ela é constituída por um pequeno grupo de parlamentares que apresentam algumas habilidades ou privilégios que possibilitam a eles o direito de coordenar e decidir

pelos demais colegas da casa Legislativa (FELISBINO, 2007; 2008; 2009; MESSENERG, 2002; 2008).

Para identificar os membros da elite parlamentar no período de 1995 a 2002, foi utilizada uma pesquisa que vem sendo desenvolvida, desde 1994, pelos estudiosos vinculados ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Essa pesquisa é desenvolvida anualmente e é conhecida como “Os ‘cabeças’ do Congresso Nacional” e tem o objetivo de identificar os 100 parlamentares que mais influenciam, decidem e sustentam as decisões nas duas casas Legislativas do Congresso Nacional (QUEIROZ, 2000).

No período de 1995 a 2002 foram classificados 596 deputados como os ‘cabeças’ da Câmara dos Deputados, o que corresponde a uma média de 75 parlamentares por ano. Nesse total (596) estão aqueles parlamentares que só foram classificados uma vez como um dos ‘cabeças’, por exemplo, o ex-deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG) e aqueles que foram classificados os oito anos (1995 a 2002) como um dos ‘cabeças’, por exemplo, o ex-parlamentar Delfim Netto (PMDB/SP). Como se sabe, os estatísticos aconselham que se use um mínimo de 30 ou mais observações (SPIEGEL, 1985; BOLFARINE; BUSSAB, 2000). Seguindo a recomendação estatística, dos 596 deputados, somente 56 parlamentares fizeram parte da amostra. Os 56 deputados não foram escolhidos intencionalmente, mas passaram por dois critérios objetivos de seleção.

Do total de 596 foram eliminados os deputados que só foram classificados uma vez e aqueles que não foram classificados por três ou quatro anos consecutivos na mesma Legislatura. Somente foram considerados membros da elite parlamentar aqueles deputados que foram por três ou quatro anos classificados na mesma Legislatura como ‘cabeças’ da Câmara dos Deputados, por exemplo, na 50ª Legislatura (1995-1998), o ex-deputado Gonzaga Mota (PSDB/CE) foi classificado por três anos (1995, 1996 e 1997) como um dos ‘cabeças’ da Câmara dos Deputados e considerado um dos possíveis membros da elite parlamentar. Com o primeiro critério foram selecionados 84 parlamentares e eles passaram por outra seleção. Dos 84 deputados selecionados, só foram considerados membros da elite parlamentar os legisladores eleitos ou reeleitos nas eleições gerais de 1994 e reeleitos no pleito de 1998. Por exemplo, o ex-deputado Gonzaga Mota, que passou no primeiro critério de seleção e foi reeleito nas eleições gerais de 1994 e não foi reeleito ou, ainda, não concorreu ao cargo de deputado federal no pleito de 1998, então, esse

parlamentar não fez parte da amostra. Diante dos critérios, os membros da elite parlamentar estão distribuídos em nove partidos: o PSDB (11 casos), PT (dez), PFL (nove), PPB (nove), PMDB (sete), PC do B (cinco), PSB (dois), PTB (dois) e PDT (um).

Exposto o modo como foram selecionados os deputados da elite, convém perguntar: O que dizem as declarações de bens dos membros da elite parlamentar? Qual foi o patrimônio declarado pelos membros dessa elite em 1998? Como está distribuído o patrimônio no interior do grupo profissional, da escolaridade e da região brasileira? Houve evolução do patrimônio nos anos de 1998, 2002 e 2006? São essas as principais perguntas deste texto, que se divide em três partes. Na primeira, serão discutidos os poucos estudos sobre o patrimônio dos parlamentares. Na segunda parte, serão analisadas as declarações dos bens patrimoniais dos deputados pertencentes à elite parlamentar da Câmara dos Deputados. Na terceira, serão apresentadas as considerações finais sobre a análise do patrimônio dos parlamentares do Brasil.

Estudos sobre o patrimônio

Para o político disputar uma eleição, ele tem que apresentar ao Tribunal Regional Eleitoral uma declaração patrimonial. Essa exigência decorre da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, art. 11, § 1º, inciso IV, pois ela determina que, no momento do registro da candidatura, o político é obrigado a entregar, junto com outros documentos necessários, uma declaração de seus bens ao Tribunal Regional Eleitoral. É importante ressaltar que essa determinação já constava em outras leis eleitorais, até mesmo no Código Eleitoral de 1965, instituído pelo Presidente da República, General Castelo Branco, Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, art. 94, § 1º, inciso VI, mas não era colocada em prática.

Com a Lei nº 9.504 e com a boa vontade dos funcionários dos Tribunais Regionais Eleitorais de disponibilizarem as declarações de bens, alguns estudiosos puderam dedicar-se ao tema e os resultados obtidos deram origem a algumas importantes publicações¹.

¹ Um capítulo de livro, a uma seção de artigo e a um livro. O capítulo intitulado “Patrimônio, partido e ocupação” está no livro “Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados”, autoria de Leônicio Martins Rodrigues, que foi publicado, em 2002, pela Editora Edusp. A seção de artigo intitulada “Patrimônio e partido” está no artigo “Partido, ideologia e composição social”, também autoria de Leônicio Martins Rodrigues, publicado, em 2002, pela Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 4, fev., p. 31-47. O livro mencionado é “Políticos do Brasil: uma investigação sobre o patrimônio declarado e a ascensão daqueles que exercem o poder”, autoria de Fernando Rodrigues, publicado, em 2006, pela Editora Publifolha. Os estudos desses autores podem ser considerados os primeiros trabalhos dedicados a pesquisar o patrimônio dos parlamentares brasileiros e com os resultados expostos ao público é possível saber algumas informações contidas nas declarações dos bens patrimoniais.

Leôncio Martins Rodrigues estudou o patrimônio de 401 deputados dos principais partidos (PSDB, PFL, PMDB, PPB, PT e PDT) da 51ª Legislatura (1999-2003) da Câmara dos Deputados. Ele construiu uma escala de quatro faixas patrimoniais, cujos valores estão expressos em Reais: a) baixo: menos de 200 mil, b) médio-baixo: de 200 mil a menos de 500 mil, c) médio-alto: de 500 mil a 2 milhões e d) alto: mais de 2 milhões. Apoiado na escala, o autor apresenta a distribuição das faixas patrimoniais dos 401 parlamentares (Tabela 1). Os dados sugerem que mais da metade dos deputados está nas faixas de médio-alto (120 casos) e baixo (112), em seguida vêm médio-baixo (106) e alto (63) patrimônio.

Tabela 1. Faixas patrimoniais. Eleições gerais, 1998.

Faixa patrimonial	N	%
Baixo	112	27,9
Médio-baixo	106	26,5
Médio-alto	120	29,9
Alto	63	15,7
Total	401	100,0

Fonte: Rodrigues (2002a).

Ao cruzar as variáveis faixa patrimonial e partido, Leôncio Martins Rodrigues constata que pode existir relação entre o patrimônio do parlamentar e a ideologia do seu partido.

Conforme se vai da direita para esquerda do espectro ideológico, a porcentagem de deputados nas faixas de valor patrimonial mais elevado tende a decrescer no interior das bancadas. Em outras palavras: os partidos cuja proporção de membros de suas bancadas que foram (ou não) empresários é alta têm relativamente mais deputados nas faixas de maior patrimônio, ou seja, o PFL e o PPB. Os partidos com menos empresários têm uma proporção mais baixa de parlamentares com patrimônio elevado (PMDB e PSDB), enquanto os partidos que têm pouquíssimos empresários entre seus deputados têm uma bancada parlamentar com patrimônio mais baixo (PDT e PT) (RODRIGUES, 2002a, p. 83).

À luz dessas considerações, as principais legendas partidárias da 51ª Legislatura (1999-2003) podem ser colocadas em três grupos que oscilam entre alto e baixo patrimônio: no alto, o PFL e PPB, no médio, o PMDB e PSDB e no baixo, o PT e PDT. O PT, PDT, PSDB, PMDB, PFL e PPB constituem, nesta ordem, as legendas que declararam um patrimônio com menos de 200 mil, com, respectivamente, 80,4, 40,9, 20,2, 19,3, 12,8 e 9,8% do total. Percebe-se que os parlamentares que declararam baixo patrimônio estão nos partidos de esquerda. O PT é a legenda que mais acolheu parlamentares que declararam baixo patrimônio.

Rodrigues (2002a) também encontrou algumas evidências que indicam relação entre o número de Legislatura e o aumento de patrimônio. O autor

constatou que o valor do patrimônio tende a aumentar com o tempo de trabalho parlamentar na Câmara dos Deputados. Dos 163 novatos (primeira Legislatura), 41,1% declararam possuir patrimônio inferior a 200 mil, enquanto 8,0% afirmaram ter bens acima de 2 milhões. Dos 48 parlamentares da Legislatura anterior (quatro ou mais Legislaturas), 33 confessaram ter patrimônio de 500 mil a 2 milhões (18 casos) ou acima desse valor (15), enquanto cinco parlamentares indicaram possuir menos de 200 mil de bens patrimoniais e dez possuem patrimônio considerado médio-baixo.

Fernando Rodrigues, que também se dedicou a estudar o tamanho patrimonial dos parlamentares brasileiros, abordou os vencedores (o Presidente e vice-Presidente da República, senadores, suplentes de senadores, deputados federais, estaduais e distritais, governadores de Estado e do Distrito Federal, vice-governadores de Estado e do Distrito Federal) das eleições gerais de 1998 e 2002. Nesse período, Rodrigues (2006) selecionou 3.570 declarações de patrimônios, mas analisou os bens dos políticos que foram eleitos em 1998 e reeleitos em 2002 e o total de declarações de bens caiu para 548. Ainda importa ressaltar que o autor considera reeleito aquele político que foi eleito em 1998 e reeleito em 2002, mas não necessariamente para o mesmo cargo eletivo, isto é, se um deputado está disputando uma vaga ao Senado Federal e foi eleito, então, esse político é considerado, pelo autor, reeleito².

Rodrigues (2006), ao analisar as 548 declarações dos que foram eleitos em 1998 e reeleitos em 2002, constatou que, ao longo dos quatro anos, o valor médio dos bens declarados sobe 41,8%, isto é, a soma dos bens dos políticos eleitos em 1998 foi de 1.078.603,19 milhão e no pleito seguinte subiu para 1.529.848,06 milhão, uma evolução de 451.244,87 mil. Por isso, o autor acredita que houve ascensão socioeconômica do universo analisado.

Quando foram analisados isoladamente alguns grupos, Rodrigues (2006) verificou que alguns deles foram bem-sucedidos e outros, não. De uma eleição para outra, o valor médio dos bens declarados dos deputados distritais subiu 124,6%. Isso significa que, no pleito de 1998, a soma dos bens foi de 288.301,63 mil e no pleito seguinte passou para 647.581,68 mil, ou seja, a evolução patrimonial desse grupo foi de 359.280,05

² Fernando Rodrigues construiu uma página web - <<http://noticias.uol.com.br/femendorodrigues/politicospdobrasil/>> - e pudemos acessar livremente as 24.687 declarações de bens. Na página é possível acessar todas as declarações de bens das eleições gerais de 1998, 2002 e 2006. Das eleições gerais de 1998 estão disponíveis 2.177 declarações de bens e essas são dos vencedores e parte dos perdedores. Já do pleito de 2002 estão disponíveis 2.376 declarações, também são dos vencedores e parte dos derrotados. Da disputa eleitoral de 2006 estão disponíveis 20.134 declarações de bens e essas são de todos os candidatos inscritos.

mil. Ao analisar os parlamentares da Câmara dos Deputados, o autor verificou queda de 17,7%. No pleito de 1998, a soma dos bens declarados dos deputados foi de 1.901.458,82 milhão, mas nas eleições gerais de 2002 o valor caiu para 1.565.178,81 milhão, uma diferença de 336.280,01 mil. Houve empobrecimento dos membros da Câmara dos Deputados? Ele acredita que sim. Essa casa Legislativa, de acordo com o autor,

[...] incorporou em 2002 um grupo de políticos que veio de um escalão hierárquico inferior de poder e de partido antes com menor representação no Congresso. Ao ascenderem politicamente, esses políticos carregaram consigo, de maneira geral, bens de menor valor médio na comparação com o grupo de 1998 (RODRIGUES, 2006, p. 47).

Quando o autor desagrega os dados do patrimônio por partido, observa que todas as agremiações, com exceção do PP, apresentaram evolução patrimonial. O PTB e o PT foram as duas siglas partidárias que mais aumentaram o seu patrimônio: juntas, obtiveram evolução de 255,9%. Nas eleições gerais de 1998, o PTB conseguiu eleger 31 políticos para Câmara dos Deputados e, no pleito de 2002, caiu para 26, mas a diminuição de cadeiras do PTB não refletiu no patrimônio do partido. Ao longo do período de 1998 a 2002, a evolução do patrimônio do PTB foi de 172,2%. No pleito de 1998, o valor médio declarado foi de 790.905,92 mil e nas eleições gerais de 2002 esse valor subiu significativamente para 2.152.862,39 milhões, isso significa evolução nominal de 1.361.956,47 milhão. Esperava-se que o patrimônio do PTB diminuísse com as respectivas perdas de cadeiras. Uma possível explicação para isso é a fusão do PTB com o PSD, em 2003. Com a fusão, o PTB herdou os votos e consequentemente transferiu o valor do patrimônio, aumentando a soma dos bens patrimoniais do PTB (RODRIGUES, 2006).

Ao contrário do PTB, Rodrigues (2006) identificou que a evolução patrimonial do PT acompanhou o crescimento do partido na Câmara dos Deputados. No pleito de 1998, o PT elegeu 59 deputados e, nas eleições gerais de 2002, esse número saltou bruscamente para 91 parlamentares. No mesmo período, o crescimento patrimonial do PT foi de 83,7%. Nas eleições gerais de 1998, o valor médio declarado foi de 102.653,47 mil e, no pleito de 2002, essa quantia passou para 188.534,32 mil, isso significa que houve evolução nominal de 85.880,85 mil. Cabe lembrar que na 51ª Legislatura (1999-2003), 80,0% dos deputados do PT declararam patrimônio inferior a 200 mil, enquanto os outros 20,0% declararam patrimônio acima de

200 mil e inferior a 500 mil (RODRIGUES, 2002a). Isso significa que não há no PT parlamentares nas faixas de médio-alto e alto patrimônio, isto é, o crescimento do patrimônio do PT está relacionado com a chegada dos novatos à Câmara dos Deputados.

Os trabalhos de Leôncio Martins Rodrigues e Fernando Rodrigues são complementares, pois o primeiro estudou os bens patrimoniais em uma única Legislatura, enquanto o segundo analisou o patrimônio dos que foram eleitos no pleito de 1998 e reeleitos na disputa eleitoral de 2002. Leôncio Martins Rodrigues observou que existe relação entre o patrimônio declarado e a ideologia partidária e o tempo de casa. Fernando Rodrigues constatou que, ao longo dos anos de 1998 a 2002, houve crescimento patrimonial das principais legendas partidárias da Câmara dos Deputados.

Abrindo a caixa preta e revelando o patrimônio

O que dizem as declarações de bens dos membros da elite parlamentar? Qual foi o patrimônio declarado pelos membros dessa elite em 1998? Como está distribuído o patrimônio no interior do grupo profissional, da escolaridade e da região brasileira? Houve evolução do patrimônio nos anos de 1998, 2002 e 2006? Para responder a essas perguntas, serão apresentadas informações sobre o patrimônio declarado dos membros da elite em três dimensões: I) serão apresentadas e discutidas as declarações de bens de 1998, mostrando um panorama geral da distribuição do patrimônio entre os partidos pertencentes à elite parlamentar, II) cruzamento das variáveis grupo profissional, escolaridade e região com a variável faixa patrimonial, apresentando a distribuição do patrimônio no interior desses indicadores e III) serão apresentadas e discutidas as declarações de bens de 1998, 2002 e 2006, com o objetivo de comparar a distribuição do patrimônio entre os partidos-membros da elite.

Dimensão I: 1998, um panorama geral

Antes de se iniciar a discussão, julga-se necessário dizer que dos 56 membros da elite parlamentar foi possível ter acesso a 47 declarações, pois sete não apresentaram as declarações de bens e dois não divulgaram os valores dos bens declarados. Também importa ressaltar que essas 47 declarações são dos parlamentares que foram reeleitos nas eleições gerais de 1998. As declarações patrimoniais dos 47 deputados foram classificadas de acordo com a escala patrimonial sugerida por Leôncio Martins Rodrigues. Para complementar a escala proposta por ele, criou-se para cada faixa patrimonial um grupo

socioeconômico: baixo, grupo socioeconômico D, médio-baixo, C, médio-alto, B, e alto, A.

A Tabela 2 apresenta a distribuição das faixas patrimoniais e dos grupos socioeconômicos dos membros da elite parlamentar. Dos 47 parlamentares, 30,4% possuem patrimônio médio-alto, depois vêm baixo, médio-baixo e alto com 25,0; 19,6 e 8,9%, respectivamente. O exame do patrimônio dos parlamentares revelou que a maioria dos membros da elite declarou ser dono de um patrimônio de 500 mil a 2 milhões, mas boa parte dos integrantes dessa elite apresentou patrimônio inferior a 500 mil. É importante dizer que, ao classificar os parlamentares por faixa de patrimônio declarado, observa-se que os grupos socioeconômicos B, D e C constituíram as bases de recrutamento dos políticos membros da elite.

Os resultados da tabela reproduzem os que foram encontrados por Rodrigues (2002a), ou seja, as informações da Tabela 2 mantêm a mesma ordem das faixas patrimoniais (médio-alto > baixo > médio-baixo > alto) da Tabela 1. A Tabela 2 também informa que somente cinco parlamentares declararam patrimônio acima de 2 milhões. Dos cinco deputados que declararam ter mais de 2 milhões, o mais abastado foi Márcio João de Andrade Fortes, eleito pelo PSDB do Estado do Rio de Janeiro. O valor dos bens patrimoniais por ele declarado foi classificado como alto patrimônio, pois, na disputa eleitoral de 1998, Márcio Fortes declarou ser dono de um patrimônio de 5.597.160,70 milhões e no pleito de 2002 não apresentou declaração, mas na disputa eleitoral de 2006, ele declarou um patrimônio de 7.070.122,66 milhões. Foi o maior patrimônio dentre aqueles membros da elite parlamentar que participaram das disputas eleitorais de 2006.

Tabela 2. Faixas patrimoniais e grupos socioeconômicos na elite. Eleições gerais, 1998.

Faixa patrimonial	Grupo socioeconômico	N	%
Baixo	D	14	29,8
Médio-baixo	C	11	23,4
Médio-alto	B	17	36,2
Alto	A	5	10,6
Total		47	100,0

Fonte: Felisbino (2007).

Com esse panorama geral da classificação dos bens patrimoniais, seria interessante verificar como os partidos estão distribuídos na escala patrimonial. Para isso, os dados apresentados na Tabela 2 foram

desagregados por sigla partidária. A Tabela 3 exibe a distribuição dos bens declarados, por legenda partidária.

Tabela 3. Partidos e faixas patrimoniais na elite. Eleições gerais, 1998.

Partido	Faixa patrimonial				Total
	Baixo	Médio-baixo	Médio-alto	Alto	
PSDB	N 1 % 11,1	2 22,2	5 55,6	1 11,1	9 100,0
PT	N 5 % 62,5	2 25,0	1 12,5	-*	8 100,0
PFL	N 1 % 11,1	-	7 77,8	1 11,1	9 100,0
PMDB	N - % -	2 50,0	1 25,0	1 25,0	4 100,0
PPB	N 1 % 14,3	3 42,8	2 28,6	1 14,3	7 100,0
PC do B	N 5 % 100,0	-	-	-	5 100,0
PSB	N - % -	1 50,0	1 50,0	-	2 100,0
PTB	N - % -	1 50,0	-	1 50,0	2 100,0
PDT	N 1 % 100,0	-	-	-	1 100,0

Fonte: Felisbino (2007). Obs.: * Sinal para indicar N e % igual a zero.

Dos que declararam possuir patrimônio inferior a 200 mil, a maioria está nos partidos de esquerda, no PT, PC do B e PDT, com, respectivamente, cinco, cinco e um caso do total. Os outros três que declararam estar na faixa de baixo patrimônio estão no PSDB, PFL e PPB. Aqueles que declararam ter mais de 2 milhões de patrimônio estão nos partidos que se situam no centro e na direita da escala ideológica. No centro, o PSDB e PMDB têm um caso cada legenda, enquanto na direita, o PFL, PPB e PTB também possuem um caso cada sigla.

Os membros do partido do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o PSDB, estão nas faixas de médio-alto, médio-baixo, baixo e alto patrimônio, com cinco, dois, um e um caso, respectivamente, enquanto os deputados do PFL, partido que na época era o mais importante da coalizão de governo, estão nas faixas de médio-alto, alto e baixo patrimônio, com sete, um e um caso, respectivamente. Os membros da elite parlamentar pertencentes ao PT estão nas faixas de baixo, médio-baixo e médio-alto patrimônio, com, respectivamente, cinco, dois e um caso do total. Também se constata que o valor somado dos bens declarados diminui linearmente à medida que se vai da direita para esquerda da escala ideológica. A Tabela 4 apresenta essas informações.

Dimensão II: grupo profissional, escolaridade e região

Como estão distribuídas as faixas patrimoniais no

grupo profissional? Qual é o grau de instrução dos que estão nessas faixas? Como estão distribuídas as faixas patrimoniais na região brasileira? Para responder a essas perguntas, serão usados os dados expostos na Tabela 5. A tabela exibe a distribuição das faixas patrimoniais, por grupo profissional, grau de instrução e região brasileira.

Os dados sobre as profissões declaradas pelos deputados mostram que mais da metade dos membros da elite parlamentar são profissionais liberais. É importante lembrar que a categoria profissionais liberais tem sido, ao longo da história política do Brasil, uma das principais fontes de abastecimento do mercado político (SANTOS, 2003; FREIRE, 2001; MARENCO; SERNA, 2007). Os demais parlamentares estão distribuídos nas outras categorias: trabalhadores manuais, profissionais da comunicação, profissionais da docência, funcionários públicos, empresários rurais, profissionais intelectuais e empresários urbanos, com sete, cinco, quatro, três, dois e um caso do total, respectivamente. Quanto à distribuição do patrimônio no grupo profissional, os dados informam que na categoria profissionais liberais estão 48,0% dos que declararam ser donos de patrimônio de 500 mil a 2 milhões, seguido por médio-baixo, baixo e alto, com 23,1; 15,4 e 15,4% do total, respectivamente.

Tabela 4. Partidos e soma do patrimônio na elite. Eleições gerais, 1998.

Partido	Soma dos bens declarados
PSDB	11.221.448,27*
PFL	11.035.351,56
PTB	5.567.203,90
PPB	4.875.001,06
PMDB	4.124.578,50
PT	1.161.744,27
PSB	816.569,48
PC do B	374.828,63
PDT	29.727,54
TOTAL	39.206.453,21

Fonte: Felisbino (2007). Obs.: * Valores expressos em Reais.

Foi curioso descobrir que dos cinco parlamentares que declararam possuir bens patrimoniais acima de 2 milhões, três são profissionais liberais. Na categoria profissionais liberais estão todos os parlamentares que declararam ser médico, dentista, advogado, engenheiro etc. Os três profissionais liberais são médico, engenheiro e advogado. Também na categoria profissionais intelectuais há um parlamentar que declarou possuir bem acima de 2 milhões. Nessa categoria foram incluídos todos os deputados que disseram ser sociólogo, economista, psicólogo, assistente social etc. Esse parlamentar que possui bens patrimoniais acima de 2 milhões é um economista. Dos que disseram ser empresários urbanos, somente um

parlamentar foi classificado na faixa de alto patrimônio, número relativamente pequeno.

Tabela 5. Faixas patrimoniais, grupo profissional, grau de instrução e região. Eleições gerais, 1998.

Indicador	Faixa patrimonial				Total
	Baixo	Médio-baixo	Médio-alto	Alto	
Grupo profissional					
Empresários urbanos	N -*	-	-	1	1
	% -	-	-	100,0	100,0
Empresários rurais	N -	1	2	-	3
	% -	33,3	66,7	-	100,0
Profissionais liberais	N 4	6	12	3	25
	% 16,0	24,0	48,0	12,0	100,0
Profissionais intelectuais	N 1	-	1	1	3
	% 33,3	-	33,3	33,3	100,0
Funcionários públicos	N 1	-	1	-	2
	% 50,0	-	50,0	-	100,0
Profissionais da comunicação	N 3	1	-	-	4
	% 75,0	25,0	-	-	100,0
Profissionais da docência	N 2	1	1	-	4
	% 50,0	25,5	25,0	-	100,0
Profissionais manuais	N 3	2	-	-	5
	% 60,0	40,0	-	-	100,0
Grau de instrução					Total
Ensino médio completo	N 2	1	-	-	3
	% 66,7	33,3	-	-	100,0
Ensino superior completo	N 5	9	10	4	28
	% 17,9	32,1	35,7	14,3	100,0
Ensino superior incompleto	N 5	-	2	-	7
	% 71,4	-	28,6	-	100,0
Ensino superior completo com pós-graduação	N 2	1	4	1	8
	% 25,0	12,5	50,0	12,5	100,0
Ensino superior completo com pós-graduação incompleta	N -	-	1	-	1
	% -	-	100,0	-	100,0
Região					Total
Norte	N 2	1	1	-	4
	% 50,0	25,0	25,0	-	100,0
Nordeste	N 3	1	4	1	9
	% 33,3	11,1	44,4	11,1	100,0
Sudeste	N 7	3	11	4	25
	% 28,0	12,0	44,0	16,0	100,0
Sul	N -	5	1	-	6
	% -	83,3	16,7	-	100,0
Centro-oeste	N 2	1	-	-	3
	% 66,7	33,3	-	-	100,0

Fonte: Felisbino (2007). Obs.: * Sinal para indicar N e % igual a zero.

Entre os anos de 1995 a 2002, 34 membros da elite terminaram os estudos universitários e nove fizeram pelo menos um curso de pós-graduação, enquanto sete não concluíram o curso superior e apenas um deputado não terminou o curso de pós-graduação. Nenhum dos membros da elite dispunha somente do ensino fundamental, mas cinco terminaram o ensino médio. Com relação à distribuição do patrimônio no interior da escolaridade, os dados obtidos na página web de Fernando Rodrigues informam que na categoria ensino superior completo se concentra o maior número de parlamentares. Nessa categoria estão dez parlamentares na faixa de médio-alto e os demais estão nas faixas de médio-baixo, baixo e alto, respectivamente, com nove, cinco e quatro casos. Os parlamentares que terminaram o curso de pós-graduação concentram-se nas faixas de médio-baixo,

baixo, médio-alto e alto, com quatro, dois, um e um caso, respectivamente. Somente três deputados que possuem o ensino médio completo estão nas faixas de baixo e médio-baixo, com, respectivamente, dois e um caso do total.

Das cinco regiões do Brasil, os parlamentares da região Sudeste dominam a elite parlamentar da Câmara dos Deputados, com 28 casos do total, em seguida vêm o Nordeste, Sul, Norte e Centro-oeste, com 13, oito, quatro e três casos do total, respectivamente. Com relação ao Estado, os parlamentares paulistas são os que dominam a elite, com 15 casos do total. Em seguida, vêm os Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com sete, seis, cinco e cinco casos do total, respectivamente. As unidades da Federação de Mato Grosso, Piauí, Paraíba, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Ceará e Santa Catarina são os Estados com menor representação no interior da elite parlamentar, com um caso cada unidade. Quanto à distribuição do patrimônio na região, os dados informam que na Sudeste estão os parlamentares de todas as faixas patrimoniais, mas respeitando a seguinte ordem: médio-alto, baixo, alto e médio-baixo, com, respectivamente, 11, sete, quatro e três casos. Os parlamentares do Nordeste estão nas faixas de médio-alto, baixo, médio-baixo e alto, com quatro, três, um e um caso, respectivamente. Seria interessante identificar como está distribuído o patrimônio no interior dos Estados conforme Tabela 6.

Aqueles que declararam possuir patrimônio de 500 mil a 2 milhões estão nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Amazonas e Piauí, com, respectivamente, seis, quatro, dois e um caso os demais. Os que revelaram ser donos de patrimônio acima de 2 milhões vivem nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, com três, um e um caso, respectivamente.

Como esperado, os principais Estados da região Sudeste, sobretudo São Paulo, acomodam os parlamentares ditos afortunados. Dos cinco parlamentares que afirmaram ser donos de patrimônio superior a 2 milhões, três estão no Estado de São Paulo e o Rio de Janeiro apresenta um caso. Importa ressaltar que a concentração de políticos com alto patrimônio no Estado de São Paulo pode estar relacionada ao maior desenvolvimento sociopolítico e econômico desse Estado. Ele é o mais populoso (40.422.795,00 milhões), apresenta o maior colégio eleitoral (28.037.734,00 milhões), possui o segundo maior IDH (0,814), tem a segunda maior renda per capita (13.725,00 mil), é responsável por mais da metade

do Produto Interno Bruto Nacional (546.607,00 mil), possui a maior concentração operária etc e, por essas características, o Estado paulista é atrativo para a maioria dos brasileiros em busca de melhores condições de vida. Ademais, essa unidade da Federação estimula a formação de importantes lideranças políticas, tanto que, na primeira eleição direta para Presidente da República, em 1989, dos 22 candidatos à presidência da República, seis - Lula (PT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Afif Domingos (PL), Ulysses Guimarães (PMDB) e José Alcides Marronzinho de Oliveira (PSP) - eram do Estado paulista.

Tabela 6. Faixas patrimoniais e Estados. Eleições gerais, 1998.

Estado	Faixa patrimonial				Total
	Baixo	Médio-baixo	Médio-alto	Alto	
	N	1	-*	-	1
Mato Grosso	% 100,0	-	-	-	100,0
	N	1	-	-	1
Goiás	% -	100,0	-	-	100,0
	N	1	-	-	1
Distrito Federal	% 100,0	-	-	-	100,0
	N	-	1	-	1
Piauí	% -	-	100,0	-	100,0
	N	1	-	-	1
Ceará	% 100,0	-	-	-	100,0
	N	-	1	1	2
Pernambuco	% -	50,0	-	50,0	100,0
	N	2	-	2	4
Bahia	% 50,0	-	50,0	-	100,0
	N	1	1	-	2
Pará	% 50,0	50,0	-	-	100,0
	N	1	-	1	2
Amazonas	% 50,0	-	50,0	-	100,0
	N	2	1	4	7
Minas Gerais	% 28,6	14,3	57,1	-	100,0
	N	2	1	1	5
Rio de Janeiro	% 40,0	20,0	20,0	20,0	100,0
	N	3	1	6	13
São Paulo	% 23,1	7,7	46,2	23,1	100,0
	N	-	-	1	1
Paraná	% -	-	100,0	-	100,0
	N	-	1	-	1
Santa Catarina	% -	100,0	-	-	100,0
	N	-	4	-	4
Rio Grande do Sul	% -	100,0	-	-	100,0
	N	-	-	1	1
Rio Grande do Norte	% -	-	100,0	-	100,0

Fonte: Felisbino (2007). Obs.: * Sinal para indicar N e % igual a zero.

Dimensão III: 1998, 2002 e 2006, a comparação

Na página *web* construída por Fernando Rodrigues foi possível obter as declarações de bens de 27 parlamentares que tentaram a reeleição, seja para o mesmo cargo ou não, no pleito de 2002. Isso permitiu realizar comparação entre esses 27 parlamentares que foram reeleitos no pleito de 1998 e novamente reeleitos na disputa eleitoral de 2002. A comparação possibilitou saber se houve ou não crescimento dos bens. A Tabela 7 expõe a distribuição da soma dos bens declarados por legendas nos pleitos de 1998 e 2002. Antes de dar continuidade à discussão, cabe dizer que o cálculo da % da evolução ao longo dos anos de 1998 a 2002

(quinta coluna) é simples: multiplica-se o valor da evolução dos bens declarados no período de 2002 a 1998 (quarta coluna) por 100 e divide-se pelo valor da soma dos valores declarados em 1998 (segunda coluna). Por exemplo: o PDT apresentou evolução dos bens declarados de 70,9%, ou seja, esse percentual foi assim obtido: $21.095,70 \star 100 = 210.957,00 / 29.727,54 = 70,9\%$.

Tabela 7. Soma dos valores declarados pelos partidos membros da elite. Eleições gerais, 1998 e 2002.

Partidos	SVD* 1998	SVD 2002	Evolução dos bens declarados (2002-1998)	% da evolução (1998-2002)
PC do B	374.828,63**	966.927,39	592.098,76	158,0
PDT	29.727,54	50.823,24	21.095,70	70,9
PFL	8.760.803,73	14.323.828,99	5.563.025,26	63,5
PSDB	1.798.454,21	2.366.804,35	568.350,14	31,6
PSB	816.569,48	1.058.464,39	241.894,91	29,6
PT	161.921,78	181.247,99	19.326,21	11,9
PTB	5.567.203,90	5.932.736,28	365.532,38	6,6
PMDB	3.074.390,90	3.191.347,46	116.956,56	3,8
PPB	6.416.613,13	4.678.636,67	-1.737.976,46	-51,1
Total	27.000.513,30	32.750.816,76	5.750.303,46	21,3

Fonte: Felisbino (2007). Obs.: * SVD = Soma dos Valores Declarados. ** Valores expressos em Reais.

Os dados da Tabela 7 indicam crescimento dos bens patrimoniais. No ano de 1998, os 27 parlamentares declararam, juntos, patrimônio de 27.000.513,30 milhões e, quatro anos depois, esse montante pulou para 32.750.816,76 milhões, um crescimento de 5.750.303,46 milhões. Todavia, esse crescimento patrimonial ficou 5,9 pontos percentuais abaixo da inflação do período. Convém lembrar que, de julho de 1998 a junho de 2002, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística identificou que a inflação medida pelo IPCA³ ficou em 27,2% (RODRIGUES, 2006).

Quando se olha para cada partido isoladamente, os dados informam que todas as legendas, com exceção do PP, obtiveram crescimento patrimonial. O PC do B foi a agremiação partidária que mais cresceu, 158,0%, seguido pelo PFL, PSDB, PSB, PT e PTB, PMDB, com 63,5, 31,6, 29,6, 11,9, 6,6 e 3,8% do total, respectivamente. Para o período compreendido de 1998 a 2002, o PPB foi a única sigla partidária que obteve queda no patrimônio de bens. No pleito de 1998, a soma dos bens declarados pelos integrantes do PPB foi de 6.416.613,13 milhões e nas eleições gerais de 2002, esse montante caiu, quase pela metade, para 4.678.636,67 milhões, isso representa empobrecimento de - 51,1%.

O que chamou atenção foi o PC do B, pois esse partido, quando comparado com as outras legendas, obteve grande crescimento patrimonial. A soma dos bens declarados pelos membros do PC do B, em 1998, foi de 374.828,63 mil. Quatro anos depois, em

2002, esse montante subiu bruscamente para 966.927,39 mil, um aumento de 158,0%. Cabe recordar que os parlamentares do PC do B aumentaram, ao longo desse período de quatro anos, o patrimônio em 130,8 pontos percentuais acima da inflação do período. O PSDB, em quatro anos, conseguiu aumentar seu patrimônio em 31,6%. Em 1998, a soma dos bens declarados pelos integrantes desse partido foi de 1.798.454,21 milhão, quatro anos depois, esse montante subiu para 2.366.804,35 milhões, isto é, atingiu 4,4 pontos percentuais além da inflação. Dos partidos da base governista, os parlamentares do PMDB reeleitos na disputa eleitoral de 1998 e no pleito de 2002 registraram crescimento patrimonial de 3,8%, menos que a inflação do período.

Não aconteceu mudança significativa no valor patrimonial dos membros da elite parlamentar que participaram da disputa eleitoral de 2006. As informações estão nas Tabelas 8 e 9, que apresentam a distribuição das legendas, por soma dos bens declarados (Tabela 8) e evolução patrimonial (Tabela 9). É importante dizer que só foi possível obter as declarações de bens de 25 parlamentares que disputaram à reeleição, seja para Câmara dos Deputados ou para outra instituição, nas eleições gerais de 2006.

Tabela 8. Soma dos valores declarados pelos partidos na elite. Eleições gerais, 1998, 2002 e 2006.

Partidos	SVD* 1998	SVD 2002	SVD 2006
PSDB	1.057.119,21**	1.419.920,79	1.692.805,74
PT	161.921,78	181.247,99	754.479,36
PFL	7.454.618,44	12.433.828,99	16.336.860,62
PMDB	3.074.390,90	3.191.347,46	2.863.399,66
PPB	3.161.211,03	3.941.179,10	4.995.693,21
PC do B	374.828,63	966.927,39	1.882.137,45
PSB	816.569,48	1.058.464,39	1.212.977,65
PTB	5.567.203,90	5.932.736,28	6.168.330,37
PDT	29.727,54	50.823,24	105.881,63
Total	21.697.590,33	29.176.475,63	36.012.565,69

Fonte: Felisbino (2007). Obs.: * SVD = Soma dos valores declarados. ** Valores expressos em Reais.

Tabela 9. Evolução patrimonial dos partidos na elite. Eleições gerais, 1998, 2002 e 2006.

Partidos	Evolução (2002-1998)	% da evolução (1998-2002)	Evolução (2006-2002)	% da evolução (2002-2006)
PSDB	362.801,58*	34,1	272.884,95	19,2
PT	19.326,21	11,9	573.231,37	316,3
PFL	4.979.210,55	66,8	3.903.031,63	31,4
PMDB	116.956,56	3,8	- 327.947,86	- 10,3
PPB	779.968,07	515,1	1.054.514,11	46,3
PC do B	592.098,76	158,0	915.210,06	94,6
PSB	241.894,91	29,6	154.513,26	14,6
PTB	365.532,38	6,6	235.594,09	3,9
PDT	21.095,70	70,9	55.058,39	108,3
Total	7.478.885,30	34,4	6.836.090,00	23,4

Fonte: Felisbino (2007). Obs.: * Valores expressos em Reais.

Ao longo dos anos de 1998 a 2006, observa-se que todas as siglas partidárias, com exceção do PMDB, apresentaram crescimento no patrimônio. O PFL é um bom exemplo do crescimento

³ Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

patrimonial: em 1998, a soma dos bens declarados foi de 7.454.618,44 milhões, em 2002, o patrimônio passa para 12.433.828,99 milhões e, em 2006, a soma dos bens declarados atingiu 16.336.860,62 milhões. De 1998 a 2006, ocorreu aumento de 8.882.242,18 milhões. O grande aliado do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o PMDB, teve um pequeno crescimento patrimonial de 1998 a 2002, mas apresentou queda no seu patrimônio de 3.191.347,46 milhões, em 2002, para 2.863.399,66 milhões, em 2006, um déficit de 10,3%. Dos partidos de esquerda, o PC do B é a legenda que mais aumenta o patrimônio. Em 1998, a soma foi de 374.828,63 mil, pulou para 966.927,39 mil, em 2002, e no pleito de 2006, a soma dos bens declarados foi de 1.882.137,45 milhão, um crescimento de 94,6%. As Tabelas 8 e 9 informam também que as outras legendas partidárias de esquerda vêm aumentando significativamente o patrimônio.

Conclusão

O objetivo central deste texto foi oferecer uma contribuição para a análise do patrimônio dos políticos do Brasil. Foram fornecidos alguns elementos que pudessem vir a estimular o debate acerca da importância da investigação sobre os bens patrimoniais dos parlamentares da Câmara dos Deputados. As discussões foram apoiadas nas declarações de bens disponíveis na página *web* construída por Fernando Rodrigues e acredita-se que o objetivo proposto foi atingido e as observações feitas ao longo do texto permitem concluir, levantando três pontos para reflexão.

O primeiro é que boa parte dos parlamentares dessa elite possui patrimônio inferior a 200 mil e esses deputados estão principalmente nos partidos que ficam à esquerda da escala ideológica. Com a chegada de Luis Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto, os principais partidos de esquerda vêm aumentando o patrimônio, por exemplo: a soma dos valores declarados do PC do B em 1998 foi de 374.828,63 mil e, com a chegada do PT ao poder em 2002, esse valor salta para 966.927,39 mil, mas em 2006 pula bruscamente para 1.882.137,45 milhão. O segundo ponto para reflexão é que os legisladores pertencentes às grandes siglas partidárias do centro da escala ideológica (PMDB e PSDB) possuem patrimônio de 500 mil a 2 milhões e a soma dos bens dessas legendas partidárias fica bem acima de 11 milhões. Acredita-se que esses parlamentares, ao entrarem para vida política, já tinham patrimônio de 200 mil a menos de 500 mil e ao longo da carreira política aumentaram o patrimônio que hoje oscila em torno de 500 mil a 2 milhões. O terceiro é que,

ao longo dos anos de 1998 a 2006, ocorreu um ligeiro crescimento patrimonial dos principais partidos integrantes da elite parlamentar, isso significa que houve ascensão socioeconômica dos 25 deputados.

Uma agenda de pesquisa mais consistente sobre o tamanho do patrimônio dos políticos no Brasil, com especial atenção aos partidos que conseguem aumentar seu patrimônio, sem dúvida faria melhorar o entendimento sobre o sistema partidário brasileiro.

Referências

- ARAGÃO, M. **Elite parlamentar**: Câmara dos Deputados e Senado Federal (2001/2002). Brasília: Arko Advice, 2002.
- BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, 2000. (Apostila Estatística).
- FELISBINO, R. A. **Origem social, perfil de carreira e patrimônio: um estudo da elite parlamentar da Câmara dos Deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 2007. 255f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2007.
- FELISBINO, R. A. O patrimônio dos membros da elite parlamentar da Câmara dos Deputados do Brasil no período de 1995 a 2002. **Revista Estação Científica**, n. 6, p. 1-14, 2008.
- FELISBINO, R. A. Declaração de bens do deputado federal, o que ela nos diz? **Revista Jus Vigilantibus: Especialidade Política**, ano 3, n. 554, p. 1-9, 2009.
- FREIRE, A. **Recrutamento parlamentar**: os deputados portugueses da Constituinte à VIII Legislatura. Lisboa: Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Electoral, 2001.
- GÓES, W. **A elite do Congresso segundo a nova Câmara dos Deputados**. Brasília: Instituto Brasileiro de Estudos Políticos, 1999.
- MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93-113, 2007.
- MESSENBERG, D. **A elite parlamentar do pós-constituinte**: atores e práticas. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- MESSENBERG, D. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. **Revista Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 17-28, 2008.
- QUEIROZ, A. A. **Os cabeças do Congresso Nacional**: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes no poder Legislativo. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2000.
- RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Edusp, 2002a.

RODRIGUES, L. M. Partido, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 4, p. 31-47, 2002b.

RODRIGUES, F. **Políticos do Brasil**: uma investigação sobre o patrimônio declarado e a ascensão daqueles que exercem o poder. São Paulo: Publifolha, 2006.

SANTOS, F. **O poder Legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SPIEGEL, M. R. **Estatística**. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1985.

Received on May 28, 2009.

Accepted on October, 25, 2009.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.